

VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO.
O TRABALHO NO SÉCULO XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 05 – Trabalho de Cuidado

Título: O CONFLITO ENTRE TRABALHO REMUNERADO E CUIDADO
DAS CRIANÇAS PEQUENAS – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.

Autora: Andréa de Sousa Gama.

O CONFLITO ENTRE TRABALHO REMUNERADO E CUIDADO DAS CRIANÇAS PEQUENAS – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.

Resumo

O estudo analisa o conflito entre trabalho e responsabilidades familiares para famílias biparentais e monoparentais femininas, com crianças entre 0 e 6 anos de idade, a partir do exame do papel que a política de Educação Infantil (EI) desempenha na equiparação das demandas entre trabalho remunerado das mães e trabalho do cuidado às crianças pequenas. Desenvolvemos Estudo Seccional a partir de dados provenientes da PNAD/IBGE para o ano de 2006.

O acesso das crianças aos serviços de EI e o horário em tempo integral apresentaram associação positiva com a condição produtiva das mães: no maior nível de ocupação, na inserção em atividades mais formalizadas, na ampliação da jornada de trabalho, na maior renda do trabalho e no menor número de horas dedicadas ao trabalho doméstico. Esses resultados mostram a relevância desses serviços, no entanto, verificamos, que são ainda as famílias as principais provedoras de cuidado às crianças, caracterizando um regime de cuidado do tipo familista.

Introdução

A relação entre a esfera da produção e da reprodução social está em permanente tensão. Fruto da própria lógica de organização social capitalista, essa tensão transforma-se em conflito quando inserimos a dimensão do gênero nas análises sobre o fenômeno. Durante muito tempo, o trabalho produtivo e reprodutivo se organizou em rígidos papéis de gênero que já não correspondem ao que ocorre atualmente, nem no âmbito da produção e nem no da reprodução. Como resultado, esse conflito vai adquirindo novas formas históricas, acentuadas pelas mudanças na organização do trabalho e nas famílias, criando uma nova relação entre demanda e oferta de cuidados. No caso brasileiro, isto é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, que permitiram que a incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho tenha sido efetuada sem maiores mudanças no tocante à divisão generificada do trabalho doméstico.

O fornecimento de equipamentos de cuidado infantil, mediante a provisão de creches e pré-escolas, representa ao mesmo tempo a garantia de educação e cuidado às crianças e um mecanismo que facilita a liberação das mães para o ingresso no mercado de trabalho. A realidade brasileira mostra que ainda temos muito a avançar, tanto como uma política educacional direcionada à essa faixa etária, como um mecanismo de amortecimento da fase do ciclo de vida familiar onde os pais apresentam a maior demanda de trabalho de cuidado.

Objetivos

Tendo em vista esse panorama, o estudo analisa o conflito entre trabalho e responsabilidades familiares para famílias biparentais e monoparentais femininas, com crianças entre 0 e 6 anos de idade, a partir do exame do papel que a política de Educação Infantil (EI) desempenha na equiparação das demandas entre trabalho remunerado e trabalho do cuidado às crianças pequenas. O principal objetivo é identificar como o Estado brasileiro contribui para um regime de cuidado mediante a análise da provisão dos serviços de EI na sua interseção com o trabalho remunerado das mães, a fim de destacar os limites e potencialidades desses serviços para o enfrentamento do conflito citado. Com essa finalidade analisamos os seguintes indicadores de educação infantil: taxa de frequência, rede de ensino, tempo de permanência da criança na creche/pré-escola e oferta de alimentação escolar gratuita. No tocante às características de inserção no mercado de trabalho das mães trabalhamos com as variáveis: taxa de ocupação,

rendimento do trabalho, posição na ocupação, jornada semanal de trabalho, renda domiciliar per capita e tempo dedicado ao trabalho doméstico.

Método

Desenvolvemos um Estudo Seccional com amostra probabilística dos domicílios que tinham pelo menos uma criança entre 0 e 6 anos de idade, nas regiões metropolitanas brasileiras. É um estudo de base populacional que visa descrever e analisar a relação entre indicadores relativos à Educação Infantil e o trabalho remunerado das mães, sob um enfoque sociológico. Os dados utilizados foram provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2006. Selecionamos esta PNAD por conter a pesquisa suplementar “Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil”, fundamental em termos das informações sobre educação requeridas pela investigação. Trabalhamos eminentemente com a análise descritiva do universo pesquisado com frequências e cruzamentos simples. Foi utilizado o software SPSS, versão 17.0, considerando o desenho amostral e os pesos de expansão para a população utilizados pela PNAD/IBGE.

Resultados

Havia no Brasil Metropolitano, em 2006, 5.797.949 crianças entre 0 e 6 anos de idade, sendo que as crianças entre 0 e 3 anos representavam 53.6% e aquelas entre 4 e 6 anos totalizavam 46.4%. Esse grupo etário perfazia 10% da população dessa região, no qual, aproximadamente, 70.7% estava distribuída nas faixas de renda domiciliar entre sem rendimento e até 1 SM per capita, o que mostra que a maioria das crianças encontrava-se entre as famílias mais pobres. Os resultados evidenciam uma baixa cobertura, notadamente nos serviços de creche, e importantes desigualdades socioeconômicas na sua distribuição. Aqueles grupos mais numerosos e que se concentram nos estratos mais baixos de rendimento domiciliar são exatamente os menos cobertos por esses serviços. A desigualdade de renda revelou-se a variável mais importante no acesso à Educação Infantil, o que significa que este é ainda um serviço que beneficia mais as famílias de nível socioeconômico mais elevado.

O acesso das crianças aos serviços de creche apresentou uma associação positiva com a condição produtiva das mães: no maior nível de ocupação, na inserção em

atividades mais formalizadas, na ampliação do número de horas trabalhadas, na maior renda do trabalho e no menor número de horas dedicadas ao trabalho doméstico (TD). Especialmente entre as mães sem cônjuge, as maiores proporções de acesso a esse serviço significaram, ainda, maiores benefícios em termos do cuidado das crianças. Tais resultados parecem indicar que o recurso à creche é vital para as famílias monoparentais femininas, tanto para o cuidado das crianças, como para a sua manutenção no mercado de trabalho, tendo em conta que são as únicas provedoras de renda e de cuidados. Da mesma forma, o acesso à pré-escola também está associado ao maior nível de ocupação das mães, ao seu maior rendimento, aos setores mais formalizados da economia e à maior jornada semanal de trabalho.

A EI em tempo integral é um dos mecanismos mais eficientes para o enfrentamento do conflito entre trabalho e família, principalmente, para as famílias monoparentais femininas. O tempo de permanência na creche/pré-escola também está positivamente relacionado com o salário das mães, com a ampliação da sua jornada de trabalho e com o menor tempo de dedicação ao TD. No entanto, a Educação Infantil em tempo integral no Brasil é incipiente. Sustenta essa afirmação o fato de que iniciativas recentes de implantação do atendimento em tempo integral nas escolas, através do Programa Mais Escola, não incluíram a EI. Apesar da enorme importância que tem o acesso universal à educação em tempo integral, seja do ponto de vista do desenvolvimento da criança, seja da potencialização da inserção feminina no mercado de trabalho, o atendimento em tempo integral desse nível de ensino beneficiaria todos os grupos de renda, considerando a desoneração dos custos com a EI no orçamento familiar das camadas médias e o grande impacto para as famílias das camadas mais pauperizadas.

O principal diferencial para as famílias monoparentais é o espaço das creches. Esse grupo familiar alcança melhores resultados em todos os indicadores educacionais com importante repercussão na proteção e no cuidado das crianças pequenas, como também na sua inserção no mercado de trabalho. Evidencia-se um processo em que o maior acesso à creche pública beneficiaria ainda mais essas famílias que cuidam e sustentam os filhos com vários dilemas. Quando essas crianças ascendem ao nível da pré-escola, que apresenta maior cobertura pública, os grupos familiares se aproximam. Considerando a menor jornada semanal de trabalho remunerado das mães casadas e mediante a carência de oferta desses serviços, as famílias com dois provedores de renda e

dois provedores de cuidado buscam menos o espaço da creche ou encontram outros mecanismos de provisão de cuidado que não esse espaço institucional.

A relação entre acesso à EI e inserção produtiva das mães revela que este serviço é altamente importante no enfrentamento do conflito entre trabalho e vida familiar no Brasil. Essa influência ocorre em várias dimensões. A primeira delas é sobre as oportunidades de trabalho das mães e, em alguns aspectos, sobre a qualidade do emprego feminino. Tal situação amplia a autonomia feminina, as possibilidades de geração de renda para as famílias e contribui para o seu bem-estar. Em segundo lugar, do ponto de vista do cuidado das crianças, possibilita maior acesso à alimentação, segurança, estimulação de habilidades, criatividade e autonomia, com resultados futuros importantes no sentido da sua escolarização. E, por fim, do ponto de vista da carga de trabalho doméstico não remunerado, no sentido da sua diminuição, frente à permanência da tradicional divisão sexual do trabalho no interior das famílias brasileiras.

No entanto, ao identificar como o Estado brasileiro contribui para um regime de cuidado, verificamos, frente aos resultados da política de EI, que são ainda as famílias as principais provedoras de cuidado às crianças pequenas, caracterizando um regime de cuidado do tipo familista. A desigualdade de acesso à EI evidencia a falta de priorização desse nível de ensino no país e a precariedade do seu financiamento, contrariando a legislação que preconiza a igualdade de condições no acesso à escola. A desigualdade social no país, constituída por uma forte segmentação de classe, faz com que os filhos das classes populares sejam discriminados mediante a seletividade social e escolar.

Os serviços de cuidado infantil são considerados na União Européia uma estratégia de intervenção no interior das políticas de gênero. O fato do Brasil não ter uma política “conciliatória” explícita não significa que outras políticas não possam ter efeitos positivos maiores do que aquelas desenhadas para esse fim. No Brasil, tais serviços não são pensados como um elemento dessas políticas, mas como um direito social das crianças. Não haveria nenhum problema nisso se, mesmo indiretamente, impactassem na melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho, se promovessem uma maior equanimidade entre as famílias de diferentes classes sociais quanto ao trabalho remunerado e ao trabalho do cuidado e, mais ainda, garantisse o direito de todas as crianças ao cuidado e escolarização em igualdade de condições. A política de EI mesmo não tendo esse objetivo explícito, não consegue responder aos objetivos que se propõe. Todas essas características certamente contribuiriam para dar um outro tom ao

enfretamento do conflito entre trabalho e responsabilidades familiares, notadamente, quando as famílias possuem crianças pequenas.

Bibliografia Principal

Almeida NLT. Educação e Infância na cidade: dimensões instituintes da experiência de intersectorialidade em Niterói. [Tese]. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Educação da UFF; 2010.

Araújo C, Picanço F, Scalon C, organizadores. Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: Edusc; 2007.

Costa SG. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Rev Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, 2002; 10(2):301-323.

Costa AA, et al. Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT; 2002.

Fraser N. After the Family Wage: a postindustrial thought experiment. In: Fraser N. Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge; 1997. p. 41-66.

Jenson J. Who cares? Gender and welfare regimes. Social Politics 1997; 4(2):77-99.

Kappel MDB, Carvalho MC, Kramer S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. Revista Brasileira de Educação 2001; (16):p. 35-47.

Razavi S, Staab S. The social and political economy of care: contesting gender and class inequalities. New York: United Nations Research Institute for Social Development; 2008.

Sorj B. Reconciling work and family: issues and policies in Brazil. Geneva: International Labour Office; 2004. Conditions of work and employment series, 8.

Sorj B. Child care as public policy in Brazil. In: Daly M, editora. Care work: the quest for security. Genebra: International Labour Office; 2001.